

Casamento Comunitário realizado pela Defensoria Pública de Minas em Vespasiano é marcado por grande emoção

Evento de celebração da cidadania no Centro de Convenções Risoleta Neves reuniu 26 casais

Noivas e noivos selaram no último sábado (15/10) o compromisso matrimonial em mais um Casamento Comunitário realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no município de Vespasiano, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Realizado pela manhã no Centro de Convenções Risoleta Neves, no bairro Caieiras, a cerimônia reuniu 26 casais que, desde os primeiros dias e horas que antecederam a cerimônia, só pensavam em como seria esse grande dia.

O evento, um dos mais importantes já realizados pela Instituição e marco de um grande momento de cidadania ao promover a regularização jurídica de casais que ainda não têm a união oficializada, foi organizado pela unidade de Vespasiano, com o apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG (CooProC).

Além do trabalho de parceria junto aos cartórios de Registros Cíveis e Pessoas Naturais de Vespasiano e São José da Lapa, e do Núcleo de Práticas Jurídicas da faculdade Faseh, instituições, empresas e profissionais liberais abraçaram a causa para que evento fosse um marco nesta nova fase da história de vida dos noivos e noivas.

Representadas pelo diácono da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, João Francisco de Oliveira, e pelo pastor membro da Comunidade Evangélica de Lagoa Santa, Roque Souza Santos, as palavras de edificação e bênçãos trazidas pelos sacerdotes aos noivos também marcaram a cerimônia, que proporcionou ainda recepção aos familiares, bolo, bem-casados e presentes ofertados por parceiros aos casais participantes.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA



Iniciativa oficializou a união dos casais e garantiu direitos



Evento foi prestigiado por membros da Defensoria de Minas, autoridades do Poder Executivo, das igrejas católica e evangélica, além da participação de um grupo de câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais

DEU NA MÍDIA

O Casamento Comunitário da DPMG em Vespasiano foi notícia na mídia

[Veja também outros destaques](#)

OUTRAS AÇÕES

Defensoria Pública de Minas instaura procedimento para o combate à transfobia no sistema socioeducativo mineiro

Audiência pública no próximo dia 21/10, em conjunto com o MP, vai tratar de denúncias de irregularidades contra adolescentes transgênero

[PÁGINA 2](#)

DPMG e Paróquia Nossa Senhora das Mercês realizam ação social em Ibirité pelo Dia Mundial dos Pobres

[PÁGINA 2](#)

Jaboticatubas receberá sua 1ª edição do Casamento Comunitário. Inscrições até 21/10

[Saiba mais](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁG. 2 e 3](#)
- > Reparação Brumadinho [PÁGINA 3](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 4](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 4](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 5](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas instaura procedimento para o combate à transfobia no sistema socioeducativo mineiro

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio das coordenadorias estratégicas de Tutela Coletiva (CETUC) e de Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDEDICA), instaurou Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva (PTAC) voltado para o combate à transfobia no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais.

O procedimento vai apurar fatos relacionados com a violação de direitos individuais e coletivos de adolescentes trans e travestis que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, adotando providências para prevenir e enfrentar essa forma de discriminação no sistema, garantindo aos adolescentes a liberdade na vivência de sua identidade de gênero e

a oferta dos atendimentos de saúde correlatos.

Em julho deste ano, a DPMG foi comunicada de que estão sendo dadas orientações à rede de atenção socioeducativa para que adolescentes trans não sejam encaminhados para atendimento no Ambulatório de Saúde de Adolescentes do Hospital João Paulo II, em desrespeito à Resolução nº 18/2018/SESP/MG. As violações já estão sendo apuradas pelo Juízo da Vara Infância e da Juventude de Belo Horizonte, com o acompanhamento pela Defensoria Pública de Minas. Foram noticiadas, ainda, outras possíveis irregularidades no sistema, envolvendo episódios de violência psicológica contra adolescentes trans, que estariam sendo constrangidos e orientados a ocultar ou negar sua transgeneridade.

FOTO: ISABEL CAMPOS/DPMG



Reunião interinstitucional na sede da Defensoria de Minas, em Belo Horizonte, discutiu medidas em favor de adolescentes trans em unidades socioeducativas

Reunião interinstitucional – No dia 21 de setembro, a Defensoria de Minas Gerais realizou reunião interinstitucional para debater métodos de melhoria dos fluxos administrativos entres as unidades socioeducativas com a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) e as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. O objetivo foi garantir celeridade no atendimento de demandas específicas de saúde de adolescentes trans, inclusive quanto à inibição da puberdade e à hormonização.

[Leia na íntegra](#)

Audiência pública vai tratar de denúncias de irregularidades

Iniciativa é motivada por relatos de práticas discriminatórias contra adolescentes trans-gênero acolhidas em unidades socioeducativas em Minas Gerais

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) irão realizar, em conjunto, no próximo dia 21 de outubro, audiência pública interinstitucional, aberta a toda a população, com a finalidade de tratar do acolhimento de adolescentes trans no sistema socioeducativo, o respeito à identidade de gênero e o atendimento às demandas específicas do grupo vulnerável.

A audiência pública ocorrerá entre 14 horas e 17h50, no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), na Rua Guaicurus, 50, Praça da Estação, Centro de Belo Horizonte. A convocação é feita pela Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC), da DPMG, e pela 23ª Promotoria de Justiça e Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Área Infância, do MPMG.

O objetivo é abrir espaço para representantes da sociedade civil se manifestarem, principalmente adolescentes trans e seus familiares, afetados direta e/ou indiretamente pela política pública conduzida pela Secretaria de Estado de Atendi-



mento Socioeducativo (Suase) no cumprimento de medidas socioeducativas.

A participação popular será realizada mediante prévia inscrição do nome da interessada e interessado momentos antes do início da audiência, a partir das 13h40. Representantes da DPMG e do MPMG buscarão esclarecimentos sobre os fatos relatados e, desta forma, viabilizar encaminhamentos necessários para a solução das demandas e problemas porventura identificados durante a oitiva.

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG e Paróquia Nossa Senhora das Mercês realizam ação social em Ibitaré pelo Dia Mundial dos Pobres



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Paróquia Nossa Senhora das Mercês, na Comunidade São Francisco de Assis, em Ibitaré, realizaram em conjunto a “3ª Ação Social Mercedária” da Pastoral da Saúde, em celebração antecipada ao Dia Mundial dos Pobres. O evento ocorreu no dia 8 de outubro (sábado). Foram realizados atendimentos referentes à emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito, expedição de ofícios para o Recivil (cartórios), além de prestação de assessoria jurídica nas áreas cível e de família e distribuição de exemplares de diversas cartilhas da Defensoria Pública de Minas.

Estiveram presentes as defensoras públicas Paula Mendonça e Bruna Marcia Latgé.

Houve também várias atividades, como aula de pilates, corte de cabelo, medição de pressão arterial, varal solidário, gibiteca, pesagem, verificação da glicemia capilar, auriculoterapia, relaxamento, aula de alongamentos e exercícios posturais, além de recreações infantis: brinquedos infláveis, pintura, touro mecânico, dentre outros.

A ação social foi uma iniciativa da paróquia e contou com o apoio da Defensoria Pública e a participação da população.

Dia Mundial dos Pobres – O Dia Mundial dos Pobres foi estabelecido pelo Papa Francisco em 2016, com a finalidade de lembrar que os pobres são uma realidade constante e desafiadora para todos nós, como cidadãos. O comitê organizador propõe ações concretas para lutar contra a pobreza e por mais solidariedade com os pobres no Brasil.

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Instituições de Justiça abrem seleção pública para execução de R\$ 300 milhões de recursos referentes ao Acordo de Brumadinho

A Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministérios Públicos Estadual e Federal – instituições de Justiça responsáveis pela fiscalização da execução dos recursos referentes ao Acordo Judicial de Reparação dos danos coletivos decorrentes do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho – publicaram o termo de referência e o edital para seleção pública da pessoa jurídica que gerenciará os recursos do “Anexo I.1 – Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas do Programa de Reparação Socioeconômica da bacia do rio Paraopeba”.

Serão executados R\$ 300 milhões, no prazo de dois anos, podendo ser o prazo prorrogado e executados novos valores.

Os interessados podem se inscrever até o dia 21 de novembro de 2022. A seleção acontece em três etapas: análise dos documentos obrigatórios; avaliação da proposta básica, dos requisitos institucionais e do menor preço; e, após a escolha da pessoa jurídica, a elaboração da proposta definitiva, o que ocorrerá, obrigatoriamente, de forma participativa.

[Acesse aqui o edital e demais documentos](#)

MUNDO OFICIAL

Defensora pública participa da abertura da Copa dos Refugiados e Migrantes em BH

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública mineira, participou da abertura da Copa dos Refugiados e Imigrantes 2022, realizada na sexta-feira (7/10), em Belo Horizonte.

A Copa dos Refugiados e Migrantes acontece em 2022 depois de dois anos sem etapas em razão da pandemia de Covid-19. Neste ano, a Copa está sendo realizada em sete capitais (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio

de Janeiro e São Paulo), envolvendo 54 seleções e mais de 1.100 jogadores de 48 nacionalidades.

O evento esportivo envolvendo refugiados e imigrantes no Brasil busca promover a socialização, mostrar toda a resiliência e perpetuar a convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes nacionalidades, contribuindo para o enfrentamento do preconceito e da xenofobia ao incentivar a inclusão dessa população no Brasil.

A Copa dos Refugiados e Imigrantes é um projeto nacional, realizado pela organização Pacto pelo Direito de Migrar (PdMig) e com os apoios institucionais da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Agência da ONU para Migrações (OIM). Em Minas Gerais, a organização do evento foi realizada com apoio da Associação La Casa Común del Pan, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), a Associação Mineira do Ministério Público, a PUC Minas e a organização Reuniu-MG.



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público ministra palestra sobre acompanhamento judicial de militares pela DPMG

O defensor público Leonardo César Matheus, em atuação na área de Famílias e Sucessões na comarca de Poços de Caldas, ministrou na última terça-feira (11/10) a palestra “Acompanhamento Judicial de militares pela Defensoria Pública em crimes dolosos contra a vida”. O tema está alinhado com o artigo 16 A do Código de Processo Penal Militar.

A palestra teve como objetivo oferecer orientações aos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar – que estão em investigação em IPM e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto de atuação for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticada no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.



Na oportunidade e em reconhecimento à palestra proferida, o defensor público recebeu das mãos do coronel PM Jardel Trajano de Oliveira Gomes, comandante da 18ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, o certificado de participação.



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Resolução nº 1178 dispõe sobre utilização do SEI, que será obrigatória a partir desta segunda, 17/10

Foi publicada no Diário Oficial da DPMG do dia 6/10/2022 a Resolução nº1178, que institui o SEI como sistema oficial no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para formação, instrução e decisão de processos administrativos eletrônicos. Conforme a Resolução, a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é obrigatória para todos os órgãos da DPMG, a partir do dia 17 de outubro deste ano.

De acordo com a norma, o uso do SEI contempla a produção, a assinatura e a tramitação, exclusivamente eletrônica, de documentos e processos administrativos entre as Unidades da Defensoria, e entre essa e os usuários e as usuárias internos ou externos com os quais se relaciona, admitindo-se a impressão apenas em caráter extraordinário.

A Resolução nº1178 traz, entre outras informações, as regras de utilização do SEI.

Diário Oficial Eletrônico da DPMG

[Acesse aqui as publicações](#)

Acesso à intranet

A Defensoria Pública-Geral informa que, em razão da necessidade de compatibilização entre o sistema da Intranet institucional e os protocolos de segurança de tecnologia da informação, **a partir da próxima quarta-feira, dia 19/10/2022**, será necessário, para a utilização da Intranet, realizar novo login com as mesmas informações de usuário e senha utilizados para acesso ao sistema Gerais.

Tipos de processos ativos e unidade destino

Erro comum dos usuários iniciantes do SEI é o envio dos processos para o setor errado

Para facilitar a tramitação de documentos e processos no SEI, está disponível no portal da Defensoria / aba SEI / Manuais e Treinamentos, a listagem de tipos de processos ativos, bem como a unidade destino. É importante ressaltar que, ao iniciar um processo, após a inclusão dos documentos, é necessário ENVIAR o processo para a unidade destino que irá analisá-lo.

Se o usuário receber um processo que não deveria ter sido enviado a ele, basta enviá-lo de volta à unidade remetente pelo SEI.

Planejamento Estratégico 2023/2025

A Defensoria Pública-Geral divulga o **Relatório de Diagnóstico de Ambiente** relativo ao II Planejamento Estratégico – 2023/2025, em fase de elaboração, no site institucional (**aba Transparência**).

[>> Acesse aqui a publicação](#)



NOTA DE FALECIMENTO

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento da **sra. Selda Geralda Moura Avelar, mãe da defensora pública Cristiane Moura Avelar**, na quinta-feira (13/10). Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

\\